

política

Van Hattem quer privatização de bancos públicos

Candidato a senador defende desestatizar o Banrisul, o Badesul e o BRDE



Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

Seguindo a série de entrevistas com os candidatos que disputam as duas vagas ao Senado pelo Rio Grande do Sul, o **Jornal do Comércio** ouviu as principais propostas do deputado federal Marcel van Hattem (Novo). Ele compõe a chapa liderada pelo candidato ao governo do Estado Luciano Zucco (PL).

O candidato a senador pelo Novo defende que o Rio Grande do Sul privatize as três instituições financeiras ligadas ao governo estadual: o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul); a agência de fomento Badesul; e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Na avaliação de Van Hattem, o Estado também precisa aprofundar reformas para combater supersalários - “um dos principais problemas do País.”

Se for eleito senador, ele quer recuperar o papel fiscalizador daquela casa legislativa em relação ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Palácio do Planalto, além de trabalhar pela prorrogação por mais três anos do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs) e a criação do Fundo Constitucional do Sul e do Sudeste.

Jornal do Comércio - Quais as pautas mais urgentes para os senadores gaúchos que se elegerem neste ano?

Marcel van Hattem - Os senadores precisam cumprir a sua função constitucional, que é fiscalizar o Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal. Hoje o Senado não está fazendo isso. Em parte, o Senado é omissivo; em parte, covarde. Ou seja, os senadores

têm medo de enfrentar o Supremo por causa do foro privilegiado (que faz com que os parlamentares com pendências judiciais sejam julgados no STF). Ao mesmo tempo, também é cúmplice da situação de desequilíbrio institucional, que afeta todas as áreas da política brasileira. Inclusive, a relação com os Estados. Por exemplo, uma assinatura de um ministro do Supremo, uma decisão monocrática, vale mais do que a negociação que o Estado venha fazer com a União sobre a questão da dívida.

JC - Outra pauta importante que, certamente, será discutida no Senado é a questão da dívida dos estados com a União. Evidentemente, é um tema importante para o Rio Grande do Sul. Qual o papel dos senadores gaúchos na renegociação da dívida do Estado com a União?

Van Hattem - Hoje o Rio Grande do Sul é visto em Brasília como um Estado de segunda linha. Isso vale para a Câmara dos Deputados também. Os senadores não atuam em conjunto, como em outros estados. Por exemplo, na questão da dívida do Estado, propus na Câmara dos Deputados que a dívida fosse perdoadada durante três anos ou até perdoadada por um período inteiro durante a enchente de 2024. Fomos derrotados.

JC - Com votos de parlamentares gaúchos?

Van Hattem - Os votos da esquerda do Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados teriam sido suficientes para aprovarmos o perdão da dívida por três anos, e não só a suspensão. No Senado, foi a mesma coisa.

JC - A maioria dos candidatos têm defendido a prorrogação do Funrigs por mais três anos. Vai ser possível governar o Rio Grande do Sul sem isso?

Van Hattem - É fundamental a extensão do Funrigs pelos próximos três anos para que o Estado tenha fôlego para se recuperar. O Rio Grande do Sul vai ter muita dificuldade sem essa prorrogação. Na verdade, do ponto de vista orçamentário, os últimos quatro anos só foram governáveis, porque houve pandemia e recursos



Marcel van Hattem (Novo) integra chapa majoritária de Luciano Zucco (PL)

Perfil

Marcel van Hattem nasceu em Dois Irmãos em 8 de novembro de 1985. É bacharel em Relações Internacionais e tem especialização em Direito, Economia e Democracia Constitucional pela Ufrgs. Mestre em Ciência Política pela Universidade de Leiden e em Jornalismo, Mídia e Globalização pelas Universidades de Aarhus, na Dinamarca, e de Amsterdã, na Holanda. Começou a trabalhar como entregador de jornais e repórter no Jornal Dois Irmãos. Atuou na divisão internacional do Ministério dos Assuntos Econômicos, Agricultura e Inovação do Reino dos Países Baixos, em Haia, e fundou a Argumento - Consultoria para Líderes de Expressão. Foi eleito pela primeira vez em 2004, aos 18 anos, vereador de Dois Irmãos. Em 2014, se elegeu deputado estadual suplente do PP, assumindo de fevereiro de 2015 a março de 2018, ano em que migrou ao Novo, pelo qual se elegeu deputado federal em 2018 e 2022.

federais enviados ao Rio Grande do Sul. Além disso, houve privatizações que, de fato, eram necessárias e encorpam o caixa estadual. Finalmente, houve a enchente, uma tragédia que acabou gerando a suspensão da dívida.

JC - Em condições normais, o Estado passaria por mais dificuldades?

Van Hattem - Voltando a pagar a dívida com a União, e sem condições de atrair novas formas de financiamento, o Estado vai entrar em uma espiral negativa que pode levar novamente ao atraso de salários, à falta de pagamento aos fornecedores. Porque as reformas que foram prometidas não foram feitas no nível que o Estado precisava. Por exemplo, as reformas administrativas para a modernização da máquina pública não atacaram um dos principais problemas do País, que são os supersalários.

JC - O senhor mencionou que as reformas do governo Eduardo Leite (PSD) ficaram aquém da necessidade. O que falta ser feito em termos de reformas? Ainda há privatizações a serem encaminhadas?

Van Hattem - Temos questões previdenciárias a serem atacadas no Rio Grande do Sul, que



Os senadores precisam cumprir sua função constitucional, que é fiscalizar o Judiciário, o Supremo Tribunal Federal

geram grande parte do déficit nas contas públicas. Além disso, existem estatais que não fazem mais sentido. Quando fui (deputado estadual) da base do governo José Ivo Sartori (MDB, 2015-2018), aprovamos uma série de privatizações que, até agora, não foram concluídas. Também temos a questão do Banrisul, que precisa atender bem o mercado, as pessoas, os clientes. Mas ele não precisa ter a condição de banco público, como a gente já viu acontecer em vários outros estados (onde os bancos estaduais foram privatizados).

JC - Defende a privatização de estatais cuja desestatização foram aprovadas na gestão José Ivo Sartori (MDB), como a Companhia Riograndense de Mineração (CRM), e a privatização do Banrisul...

Van Hattem - São os três bancos públicos: o Banrisul, o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) e o Badesul (Agência de fomento ligada à Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico). Não tem sentido termos três estruturas estatais tratando de temas que são parecidos entre si, a não ser para pagar altos salários para pessoas que, muitas vezes, estão ali por indicações políticas.

JC - No caso do BRDE, que é uma banco pertencente aos três estados da região Sul, o Estado venderia a sua cota...

Van Hattem - Sim, o Rio Grande do Sul venderia a cota.

JC - É a favor da criação do Fundo Constitucional do Sul e do Sudeste?

Van Hattem - Sou a favor. O Rio Grande do Sul, assim como os demais estados do Sul e Sudeste, perdeu muito com os fundos constitucionais que existem nas outras regiões (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) e não existem para nós. Mas precisamos lembrar que, quando a Proposta de Emenda à Constituição que cria os fundos do Sul e Sudeste foi aprovada na comissão especial da Câmara, os deputados do PT não estiveram sequer presentes.